



YAMILA GOLDFARB

Análise das políticas de abastecimento nos países do cone sul a partir do
ajuste estrutural: impactos nos sistemas alimentares e na segurança alimentar
e nutricional de Brasil, Argentina e Paraguai

São Paulo – SP
2024



YAMILA GOLDFARB

Análise das políticas de abastecimento nos países do cone sul a partir do ajuste estrutural: impactos nos sistemas alimentares e na segurança alimentar e nutricional de Brasil, Argentina e Paraguai

Relatório de pós-doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), realizado entre 2022 e 2024 com apoio da Pró-Reitoria de Pós Graduação.

Supervisora: Dra. Silvia Aparecida de Sousa Fernandes

São Paulo – SP

2024

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Pró-Reitoria de Pós-graduação da UNESP. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da Pró-Reitoria de Pós-graduação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	p.5
2. PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA.....	p.9
3. ATIVIDADES ACADÊMICAS.....	p. 11
4. RELATO FINAL.....	P. 14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.20

1 INTRODUÇÃO

A análise de como a especialização produtiva a que foram empurrados os países latino-americanos se mostra um caminho fértil e necessário para a compreensão de vários dos problemas enfrentados por nossas sociedades na atualidade, tais como fome, violência no campo, desterritorialização do campesinato e emergência climática. Focando a questão da segurança alimentar, esta pesquisa buscou analisar o campo produtivos de três países, Brasil, Argentina e Paraguai, buscando captar em que medida essa especialização se dá em detrimento da produção de itens básicos. Olhamos também para seus sistemas de abastecimento de alimentos na perspectiva de compreender a relação entre essas duas esferas num contexto recente de retomada do neoliberalismo na região e de políticas de austeridade.

A hipótese foi que a opção por uma especialização produtiva agroexportadora, somada às políticas de redução da regulação estatal no abastecimento de alimentos (o que inclui políticas de estocagem, instrumentos de controle de preço e de garantia de renda aos produtores), foram responsáveis pelo aumento da situação de vulnerabilidade da população na região o que, em períodos críticos como os de crise econômica e pandemia de COVID-19, fez aumentar significativamente os índices de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Brasil, Paraguai e Argentina possuem uma especialização produtiva agroexportadora concentrada especialmente na soja, ainda que com diferenças, uma vez que a Argentina, por exemplo, exporta soja processada e Brasil e Paraguai não, e isso traz resultantes à produção, ao abastecimento de alimentos e às condições de segurança alimentar que precisam ser analisadas e postas em diálogo. Brasil e Argentina são países com extensão territorial significativamente maior que Paraguai, o que pode nos fornecer dimensões distintas na análise. Os três tiveram períodos de governos considerados progressistas entre os anos 2000 e 2010 seguidos de governos que aprofundaram as políticas neoliberais na segunda metade da década de 2010 e início de 2020. Mesmo com governos progressistas, os três países repactuaram a aliança com os setores do agronegócio. Os três países tiveram melhorias nos índices de Segurança Alimentar e Nutricional, seguidos de uma piora. Todos esses aspectos nos permitem tecer comparações entre os países que já foram denominados, junto ao Uruguai, de Repúblicas Unidas de la Soja.

Diante desse quadro, para capturar o impacto da retomada das políticas neoliberais com relação aos sistemas agroalimentares e à Segurança Alimentar e Nutricional os Objetivos da pesquisa foram:

- a) Analisar os índices de Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional nos países selecionados (Argentina, Brasil, Paraguai) a partir da década de 2000.
- b) Levantar as alterações recentes ocorridas nos sistemas alimentares de cada país buscando compreender como as medidas de âmbito econômico estabeleceram relação com mudanças nos padrões alimentares e produtivos.

Isso significou refletir acerca da prioridade que esses países estão dando para a produção de alimentos e abastecimento. Para tanto nos propusemos a:

- 1. Levantar as áreas de produção dos itens básicos da alimentação de cada país ao longo das duas últimas décadas no intuito de verificar se houve redução.
 - 2. Analisar as políticas e programas de incentivo à produção de alimentos nesses países.
 - 3. Verificar o que tem sido priorizado nas políticas públicas: a produção de alimentos para abastecimento dos mercados nacionais ou a produção de commodities de exportação com vistas à geração de superávit das balanças comerciais?
- c) Descrever e analisar os sistemas de abastecimento de alimentos dos três países, particularmente no que diz respeito aos alimentos frescos como frutas, legumes e verduras, e também cereais. Para tanto nos propusemos a:
 - 1. Analisar qual a situação dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional¹ (EPSAN), que são estruturas físicas e espaços destinados, no todo ou em parte, à provisão de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia do DHAA e da SAN, destinados à oferta, à distribuição e à comercialização de refeições ou de alimentos.

O projeto buscou analisar, de forma complementar, como funciona a regulação de preços em cada país. Para tanto, olharíamos para as políticas de estoques e controle de preços e como estas influenciam no acesso aos alimentos

¹ Os EPSAN são classificados em a) equipamentos de acesso à alimentação saudável e adequada e b) apoio ao abastecimento, à distribuição e à comercialização de alimentos. Essas são as duas frentes que este projeto pretende analisar, de forma a destacar as ações, programas e modelos que devem ser potencializados com vistas à redução da fome e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

pela população. Vimos que os efeitos negativos do ajustamento estrutural das décadas de 1980 e 1990 voltam a ocorrer com a implementação das políticas de austeridade adotadas a partir de meados da década de 2010. Frente a isso, a pesquisa buscou responder às seguintes perguntas: como os países garantem o abastecimento de alimentos saudáveis para a população? Qual tem sido o papel das iniciativas de abastecimento popular no combate à fome?

- d) Por fim, analisamos as experiências de circuitos locais de produção e abastecimento e experiências de abastecimento popular, levadas à cabo por movimentos sociais, na perspectiva de identificar as saídas e alternativas às políticas neoliberais.

No Brasil analisamos a experiência dos Institutos Feira Livre e Chão, localizados na cidade de São Paulo e da rede de Armazéns do Campo, iniciativa vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, presente em diversos estados do país. Além desses dois exemplos de mercados ao consumidor, estudamos as iniciativas que, a partir do Armazém do campo, forneceram alimentos para diversas organizações da periferia da cidade de São Paulo, por meio de campanhas de solidariedade durante a pandemia de COVID 19.

Na Argentina pretendia-se conhecer as Feiras Sabe la Tierra, que ocorrem todos os dias da semana em diferentes localidades da Cidade de Buenos Aires. O objetivo dessas feiras é fornecer espaços para pequenos produtores em cada bairro, estabelecer um intercâmbio entre produtores e consumidores, tornar os alimentos saudáveis visíveis e incentivar seu consumo e apoiar pequenos empreendedores, já que a feira não vende apenas produtos alimentícios.

No Paraguai pretendíamos estudar a feria agroecológica Jakaru Porã Haguã. As feiras Jakaru Porã Haguã são realizadas desde 2012 em Assunção, com o objetivo de sensibilizar as autoridades e os cidadãos sobre a importância da soberania alimentar e do direito à alimentação para todas as pessoas. As organizações camponesas de produtores que atuam na agroecologia e no modelo da Agricultura Familiar são as protagonistas das feiras. Além disso, participam as associações eco-gastronômicas voltadas para a defesa da soberania alimentar e o resgate da cultura culinária tradicional, instituições que pesquisam e promovem o direito à alimentação, e iniciativas comerciais do setor alimentício que trabalham sob os critérios do Comércio Justo (fairtrade).

Para a realização desses objetivos, recebi 12 bolsas de pesquisa por ter sido contemplada no Edital PROPG-PROPe 05/2022 – **Bolsas de Pós-Doutorado para Programas de Pós-Graduação de ascenderam na nota ou mantiveram nota 7 na última avaliação quadrienal da Capes**, sob a supervisão do/a professor/a Silvia Aparecida de Souza Fernandes, lotado/a na

Unidade UNESP, Campus de Marília. A vigência foi **01/11/2022 a 31/10/2023**, no valor de R\$ 6.000,00 assim como um recurso adicional de R\$ 25.000,00, liberado em parcela única, em nome da supervisora. Esse recurso adicional foi destinado para uso específico na rubrica de reserva técnica. Em novembro de 2023 foi assinado ainda um termo aditivo que prorrogou a bolsa até **30 abril de 2024**.

Grande parte dos objetivos foi alcançado, havendo algumas diferenças nas pesquisas de campo. No Brasil os dois movimentos entrevistados foram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Na Argentina conhecemos as experiências de produção e comercialização da Unión de los Trabajadores de la Tierra (UTT) e da Federación Rural para la Producción y el Arraigo (Federación Rural). No Paraguai estivemos com membros da Federação Nacional Campesina (FNC) e com a Organización de las Mujeres Campesinas e Indígenas (CONAMURI).

Nos três países também estivemos com a coordenação dos mercados centrais de abastecimento, bem como com membros da academia. Pudemos visitar os locais de moradia e produção, ver as condições de sobrevivência e conhecer os locais de comercialização onde se desenvolvem importantes estratégias de diálogo com a sociedade. Muitas foram as características e estratégias em comum, mas também foi possível identificar importantes diferenças, em particular no que diz respeito às ações políticas e condições institucionais presentes.

Como resultado da busca em se responder a esses objetivos todos terminamos por elaborar dois artigos distintos. Os objetivos “a”, “b”, e parte do “c” terminaram por compor o que resultou no primeiro artigo, denominado da seguinte forma: **A armadilha primário exportadora e os impactos na segurança alimentar e nutricional de países do cone sul. (Apêndice 1)**

O objetivo “e” que continha em si a análise feita em pesquisa de campo, junto a parte do objetivo “c” acabou por compor o segundo artigo, denominado: **Luta contra a fome e pela terra em países agroexportadores: Novas estratégias dos movimentos sociais rurais no Brasil, Argentina e Paraguai diante da primarização das suas economias. (Apêndice 2)**

2 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Informe Brasil. Christiane Campos; Débora Lima; Eraldo da Silva Ramos; Filho Jorge Montenegro Mercedes Solá Pérez; Mônica Cox; Osvaldo Aly; Yamila Goldfarb Territorio y libertad. Informes país : Brasil, Ecuador y Guatemala no. 4 / Mercedes Solá Pérez ... [et al.] ; Coordinación general de Alhelí González Cáceres ... [et al.]. - 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2024. Libro digital, PDF - (Boletines de grupos de trabajo). Archivo Digital: descarga y online; ISBN 978-987- 813-695-0 (Da página 12 até 26)

“Ficamos sem o minério, sem a floresta e sem os animais”: a violação dos direitos territoriais de comunidades ribeirinhas no Pará. Hugo Gravina Affonso, Yamila Goldfarb, Thaís Borges, Maurício Torres e Brian Garvey . **Direitos Humanos no Brasil 2023**. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. OUTRAS EXPRESSÕES. São Paulo 2023.

Goldfarb Yamila. Especialização primário exportadora e os impactos à segurança alimentar e nutricional em países do cone sul. Resumo Expandido no XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Palmas. Outubro, 2023

Goldfarb, Yamila. Reforma Agrária como política de reparação histórica para a população negra no Brasil. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia-MG, v. 18, n. 49, p. 330-344, abr. 2023

Hugo Gravina Affonso, Yamila Goldfarb, Thaís Borges, Mauricio Torres e Brian Garvey “Ficamos sem o minério, sem a floresta e sem os animais” **Le Monde Diplomatique**. Edição 197 Dezembro 2023

Goldfarb, Yamila. Extrema direita e agronegócio: um encontro a serviço do capital. Fundação rosa luxemburgo. Brasil e Paraguai. **Análise** | Extrema Direita. Disponível. em <https://rosalux.org.br/extrema-direita-e-agronegocio-um-encontro-a-servico-do-capital/>

Goldfarb, Yamila e Aly Junior, Osvaldo. Reforma Agrária e o combate à fome no Brasil: a insistência numa bandeira deixada sempre a meio-mastro. **Diálogos socioambientais**. Segurança Alimentar. Volume 7. No. 18. Abril de 2024

Foram também submetidos para avaliação os seguintes artigos resultantes do projeto de pós-doutorado:

Goldfarb, Yamila. Luta contra a fome e pela terra em países agroexportadores: Novas estratégias dos movimentos sociais rurais no Brasil, Argentina e

Paraguai diante da primarização das suas economias. – Revista Latin America Perspective

Goldfarb, Yamila. A armadilha primário exportadora e os impactos na segurança alimentar e nutricional de países do cone sul – Revista Campo Agrário da Universidad Nacional de La plata (ACEITO)

3 ATIVIDADES ACADÊMICAS REALIZADAS NO PERÍODO DO PROJETO

A - Durante a vigência do projeto, a bolsista foi responsável, junto a outros pós doutorandos e docentes do programa, por preencher os dados referentes aos projetos de pesquisa e produção docente na Plataforma Sucupira dos anos de 2023 a 2024.

B – A bolsista acompanhou durante o primeiro semestre de 2023 a disciplina intitulada COEP – Coletivo de Orientação e Pesquisa, sob supervisão da professora Silvia Aparecida de Souza Fernandes. Na ocasião, discutiam-se os projetos de pesquisa dos participantes bem como compartilhava-se estudos bibliográficos.

C – A bolsista também participou de encontros e congressos nos quais apresentou a pesquisa em desenvolvimento, além de coordenar Grupos de Trabalho e Mesa redonda. Os eventos foram:

XV ENANPEGE – Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia que se realizou na Universidade Federal do Tocantins – UFT - Palmas - TO, no período de 09 a 13 de outubro de 2023. (Anexo 1)

X Simpósio Internacional de Geografia Agrária e XI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, que se realizou na Universidade de São Paulo – USP, entre os dias 14 e 18 de novembro de 2023. Na ocasião, além de apresentar a pesquisa, coordenei o Grupo de Trabalho e uma das mesas. (Anexo 2)

D – A bolsista ministrou a disciplina de pós-graduação Economia Política da Segurança Alimentar Global para o mestrado em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe entre os dias 20 e 25 de outubro de 2023, na Escola Nacional Florestan Fernandes. (36horas/aula) (Anexo 3)

E – A bolsista contribuiu com a organização de livro resultante de projetos de pesquisa do Programa.

F– A bolsista fez parte da comissão julgadora das seguintes bancas, ao longo da vigência da Bolsa (Anexo4):

Teses de teses de doutorado

GOLDFARB, Y.; ESQUERDO, V. F. S.; DURVAL, H.C; ROCHA, L. C. D.; COCA, E. L de F.. Participação em banca de Andréia Cristina Matheus. **Agricultura**

camponesa e o direito às sementes frente a financeirização do sistema agroalimentar. 2023. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas.

GOLDFARB, YAMILA; TRAVASSOS, L. R. F. C.; SILIPRANDI, E. C.; SOUZA, D. B.; MARCOS, V.; LIMA, M. M. T.. Participação em banca de Clara Ribeiro Camargo. **Mulheres e agroecologia na cidade de São Paulo: um estudo sobre cuidado e política.** 2023. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Ciências Ambientais PROCAM) - Universidade de São Paulo.

Defesas de dissertações de Mestrado

Goldfarb, Yamila; Marisco; Luciane de Oliveira Maranha; Fernandes, Silvia Aparecida de Souza. Banca de defesa de dissertação de NETO, Adlberto Luis de Souza. **Educação e meio ambiente: um estudo sobre Questão Agrária em Assentamentos da Reforma Agrária em talaia/AL.** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

MARTINS, A. F. G.; COCA, E. L de F.; GOLDFARB, Y. Participação em banca de Sandro José Tunini. **Uma análise da produção do agronegócio em território camponês no município de Gentil/RS** -2023. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

CARVALHO, J. G. I.; FERNANDES, S. A. S.; GOLDFARB, Y.. Participação em banca de defesa de dissertação de LUCIANO BOTELHO LIMA. **Territorialização das políticas públicas de Reforma agrária nos assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto.** Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca - Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG); Profa. Dra. Yamila Goldfarb - Universidade Estadual Paulista (Unesp); Prof. Dr. João Cléps Júnior - Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Participação em banca de dissertação de mestrado de Marcos Vinicius Bertachi. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNIFAL/MG **"A Questão Agrária no Sul de Minas Gerais: recampesinização e luta pela terra em Campo do Meio-MG"**.

Qualificações de Mestrado

GOLDFARB, Y.; CLEPS JUNIOR, J.; COCA, E. L. I. F.. Participação em banca de MARCOS VINICIUS BERTACHI. **A questão agrária no sul de Minas Gerais: a luta pela terra em Campo do Meio/MG**. Exame de qualificação (Mestrando em GEOGRAFIA) - Universidade Federal de Alfenas.

CARVALHO, J. G. I.; FERNANDES, S. A. S.; GOLDFARB, Y.. Participação em exame de qualificação de LUCIANO BOTELHO LIMA. **Territorialização das políticas públicas de Reforma agrária nos assentamentos do MST da região de Ribeirão Preto**. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Goldfarb, Yamila. Marisco; Luciane de Oliveira Maranha; Fernandes, Silvia Aparecida de Souza. Banca de qualificação de dissertação de NETO, Adlberto Luis de Souza. **Educação e meio ambiente: um estudo sobre Questão Agrária em Assentamentos da Reforma Agrária em talaia/AL**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Marco Antonio Mitidiero Junior; Rodrigo Simão Camacho; Yamila Goldfarb. Exame de QUALIFICAÇÃO de FRANCISCO DO LIVRAMENTO ANDRADE, **O MST e a formação da consciência social camponesa: a experiência do estado do maranhão**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Curso de Mestrado Acadêmico.

Defesas de Trabalhos de conclusão de curso de graduação

VAQUERO, A. R.; GOLDFARB, Y.; MARQUES, M. I. M.; Participação em banca de Lea Ludovico Bozzini, **"Análise da cadeia produtiva do feijão transgênico resistente ao mosaico dourado Embrapa 5.1"**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-USP.

BACA, A. S.; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; GOLDFARB, Y.. Participação em banca de Jackeline Adany Mendes dos Santos. **O Regime Alimentar Corporativo e seus impactos sobre a Soberania Alimentar?**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do ABC.

4 RELATO FINAL

O pano de fundo teórico da pesquisa foi o diálogo com a teoria marxista da dependência trabalhada a partir das interpretações de Jaime Osório e Rui Mauro Marini, bem como com a noção de Pacto do Agronegócio desenvolvida por Guilherme Delgado (2011 e 2022). A metodologia utilizada se baseou em dados do observatório da complexidade econômica (oec.world) além de índices socioeconômicos de cada país estudado gerados pelos ministérios de fazenda/economia, além de dados sistematizados pela Organização das Nações Unidas (ONU). O trabalho se baseou também em pesquisa de campo no Brasil, Argentina e Paraguai.

O que pudemos concluir a partir da primeira parte da pesquisa foi que a elevação da capacidade exportadora dos países que costuma ser apresentada como uma qualidade positiva da economia e do desenvolvimento, só pode ser defendida isolando as cifras do comércio exterior – particularmente das exportações de bens e serviços – do comportamento do resto da economia.

Jaime Osório nos ajuda a entender que na América Latina há novas formas de organização reprodutivas que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento. Para o autor, há um novo padrão exportador de especialização produtiva, a partir do fim do padrão industrial que prevaleceu entre as décadas de 1940 e meados de 1970. Na maioria das economias, explica Osório (2012), o novo padrão exportador implicou uma destruição importante de indústrias. Esse novo padrão possui o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, ainda que permaneçam importantes indústrias em alguns países como no próprio Brasil e no México. No entanto, nesses casos as indústrias estão subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador comandado por cadeias globais sob a direção de empresas transnacionais.

Esse novo padrão exportador é denominado de especializado pois se apoia em eixos, sejam agrícolas, mineiros e industriais (no caso atividades de montagem e *maquila*) ou serviços, nos quais as economias da região possuem vantagem comparativa.

Do ponto de vista econômico, há uma forma de medir a dependência econômica que se mostra relevante. Trata-se do fator de crescimento do déficit em serviços e rendas pagos ao exterior. Ou seja, é preciso olhar para todas as transações que o país faz com o exterior, e não apenas para a balança comercial. Trata-se de analisar registro contábil de todas as transações econômicas entre o país e o resto do mundo durante um determinado período de tempo.

Como podemos ver na tabela a seguir, o saldo das transações do Brasil, também na última década, é negativo.

transações correntes - Brasil - bilhão de dólares
--

	saldo comercial de bens (balança comercial)	saldo comercial de serviços*	saldo de rendas**	total em bilhões de dólares***
2019	(+) 26.65	(-) 35.49	(-) 56.09	(-) 65.02
2020	(+) 32.37	(-) 20.49	(-) 36.37	(-) 24.49
2021	(+) 36.36	(-) 25.96	(-) 55.76	(-) 45.36
2022	(+) 44.39	(-) 39.99	(-) 60.07	(-) 55.67

Organização Guilherme Delgado e Yamila Goldfarb

Fonte: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI

* receitas e despesas relativos a prestação de serviços em transações: Principais Classificações: Transportes (bens e pessoas); Viagens internacionais (viagens a negócio ou turismo com duração de até um ano, estudo e saúde não depende do tempo de duração); Seguros (bens e pessoas); Seguros financeiros (custos com intermediação financeira); Computação e informação; Royalties e licenças (uso autorizado de ativos e direitos de propriedade intangíveis-livros, filmes, patentes, franquias); Aluguel de equipamentos (aluguel ou leasing); Serviços governamentais (embaixas e consulados, por exemplo); Comunicações (correios e serviços de telecom); Construção; Serviços relativos ao comércio; Serviços empresariais, profissionais e técnicos (feiras e exposições internacionais); Serviços pessoais, culturais e recreação (filmes, eventos esportivos, shows,...); Serviços diversos (conta residual)

** São receitas e despesas associados a rendas do trabalho e do capital em transações entre residentes e não residentes (pessoas ou instituições). Renda do trabalho: salários recebidos/pagos em contratos de curta duração ou sazonais e Renda do capital: lucros, dividendos e juros.

*** Compõe ainda esse valor a Transferência Unilateral de Renda que consiste em rendas que não têm como contrapartida a aquisição de um bem, a prestação de um serviço ou a utilização de um fator de produção. Elas podem ser governamentais ou privadas.

Como pode-se notar, mesmo o saldo da balança comercial sendo positivo, o saldo total das contas do país é deficitário. Logo, cabe a reflexão acerca da validade ou não de se impulsionar um superávit da balança comercial a qualquer custo, entenda-se principalmente: custo social e custo ambiental. Essa é, talvez, a principal contribuição que a primeira parte da pesquisa trouxe. Interessante foi notar que o mesmo pode ser percebido nos demais países estudados.

No ano de 2022, Brasil, Argentina e Paraguai apresentaram exatamente o mesmo problema: Segundo dados do Banco Mundial, em 2022, a Argentina apresentou um déficit em conta corrente, fechando a Balança de Pagamentos em 3 bilhões e 787 milhões de dólares negativos, o Brasil fechando em 56

bilhões de dólares negativos e o Paraguai em 2 bilhões e 713 milhões de dólares negativos. (Banco Mundial, 2023)

Com relação ao segundo artigo, partimos de duas constatações: A primeira, de que os países do cone sul latino-americano possuem uma característica em comum: a contradição de serem países com enorme peso nas agroexportações mundiais ao mesmo tempo em que grande parte de suas populações enfrenta a fome. A segunda constatação é de que os processos de reestruturação neoliberal que tem início nos anos de 1970, se aprofundam nos anos 1990 e são repactuados pelos Estados nos anos 2000, aprofundando a questão agrária, marcada pela contradição entre capital e trabalho, marca estrutural do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo dos países latino-americanos.

A primeira hipótese foi de que a opção por uma especialização produtiva agroexportadora, somada às políticas de redução da regulação estatal no abastecimento de alimentos, o que inclui políticas de estocagem, instrumentos de controle de preço e de garantia de renda aos produtores, a que esses países foram submetidos ao longo dos anos de implementação do neoliberalismo deixou não apenas a população do campo desassistida, mas destruiu a possibilidade de soberania alimentar dos países como um todo.

Sob esse panorama, a realidade dos países estudados evidenciou o que a hipótese apregoava: Na Argentina, o aprofundamento do neoliberalismo tem levado ao rompimento da complementaridade entre famílias camponesas e os complexos agroindustriais. A mudança na matriz produtiva levou ao aparecimento de novos atores rurais como os *pulls de siembra* e a produção de um campo sem camponeses com o monocultivo de soja hegemonizando o projeto para o campo. No Paraguai, hoje, apenas 6% da sua superfície produz alimentos e seu território é marcado pelo interesse e ocupação de estrangeiros. Os índices de insegurança alimentar e nutricional, ou, como preferimos chamar, fome e risco de fome (Junior, 2021) se agravaram. Segundo o relatório da FAO², no triênio de 2014-2016 a prevalência da população com fome (Insegurança Alimentar Grave) no Paraguai era de 8,3%. Já no triênio seguinte, 2019-2021, o valor foi para 25,3% do total. Um aumento expressivo. A Argentina, no mesmo triênio apresentou 37% da sua população em risco de fome ou fome (insegurança alimentar moderada ou grave). Isso também representa piora frente ao triênio 2014-2016, quando 19,2% da população total estava nessa situação.

O Brasil, embora seja campeão na exportação de diversos produtos agropecuários ainda possui um contingente populacional enorme que enfrenta a fome, cerca de 33 milhões de pessoas. (Rede PENSSAN, 2023) Nos mesmos

2 (FAO; FIDA; OPS; WFP; UNICEF) Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional - América Latina y el Caribe 2022: Hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables. Disponível em <https://www.fao.org/documents/card/es/c/cc3859es>

triênios considerados acima, o Brasil também teve piora, passando de 18,3% para 28,9% da população com Insegurança Alimentar Grave, segundo os dados da FAO.

Como se sabe, esses países são campeões de produção e exportação das chamadas *flex crops*³, o que evidencia o paradoxo do modelo e do projeto a que são submetidos por suas elites. Em 2021, as exportações argentinas de soja representaram 30,6% da pauta exportadora do país (USD 23 bilhões), seguida do milho com 11,9% (USD 9,2 bilhões). No Paraguai, o sexto produtor de soja no mundo, os produtos mais exportados foram: soja, representando 28% das exportações (USD 2,9 bilhões), surpreendentemente superando a exportação de energia elétrica que representa 15% da pauta exportadora (USD 1,6 bilhão). Por sua vez, as maiores exportações do Brasil em 2020 foram soja (\$ 28,6 bilhões), minério de ferro (\$ 26,5 bilhões), petróleo bruto (\$ 19,8 bilhões), açúcar bruto (\$ 8,95 bilhões) e carne bovina congelada (\$ 6,69 bilhões).

Esse cenário de aprofundamento da primarização das economias se agrava no Brasil com o arranjo de economia política da década de 2000 quando a expansão do comércio exterior por meio do crescimento das exportações primárias leva a perda relativa das exportações manufatureiras. Frente a dependência por recursos externos muitos países do Sul global passam a se inserir na divisão internacional do trabalho fornecendo produtos primários para as grandes cadeias globais de valor. Delgado (2010) coloca que esse processo costuma ser chamado de expansão do agronegócio, no entanto é mais do que isso, é a consolidação e aprofundamento do capital financeiro na agricultura. A perseguição das vantagens comparativas naturais e da renda fundiária são a principal estratégia de acumulação. Por isso há uma dependência de demanda externa pelo setor primário.

A produtividade dos recursos naturais [...] terras, em jazidas minerais, recursos hídricos etc, parece haver ser convertido na grande aposta da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho [...] Sendo como é a produtividade dos recursos naturais o fator explicativo da inserção externa, cresce a importância da renda fundiária como componente essencial do excedente econômico que esse estilo de acumulação de capital perseguirá. (Delgado, 2010, p. 120)

Não à toa nos diferentes países, muito se fará para que o capital passe a ter acesso irrestrito à terra. No Brasil são inúmeras as alterações de legislação

³ As chamadas *Commodities Flex* apresentam flexibilidade ao poderem ser destinadas para a produção de alimentos, ração animal e produção de agroenergia e agrocombustível.

que forcem a entrada da terra no mercado⁴. No Paraguai, a negativa do próprio órgão responsável pela Reforma Agrária (INDERT) em concluir os processos de titulação às comunidades camponesas e indígenas, faz com que a terra permaneça ou volte a estar disponível ao mercado.

Na Argentina o processo de expulsão da pequena produção camponesa permite uma enorme concentração de terra na mão de grandes produtores e investidores ao mesmo tempo que gera um campo completamente vazio de populações.

A valorização do mercado de terras, particularmente a partir dos anos 2000, inclusive na baixa dos preços das commodities, trará graves consequências para as populações do campo da América do Sul com a intensificação do processo de estrangeirização de terras (acaparamiento de tierras ou land grabbing). Esse processo é particularmente grave no Paraguai que carrega uma trágica e injusta história de estrangeirização de seu território, iniciado já em meados do século XIX, quando da Guerra da Tríplice Aliança, também conhecida como Guerra do Paraguai.

As consequências disso tudo são, para os três países, a pressão por exploração dos recursos naturais, concentração fundiária, avanço das fronteiras agrícolas sobre territórios tradicionais e de povos indígenas, e uma queda abrupta nas pessoas empregadas e ocupadas no campo, ao mesmo tempo em que há uma superexploração das que ficam. O que se nota nos três países é o pouco avanço no que diz respeito ao acesso à terra.

Diante desse quadro, a pesquisa buscou compreender como os movimentos sociais camponeses se organizavam para fazer frente a essa realidade.

Com as pesquisas de campo, pudemos ver que as organizações camponesas resistem e persistem com as bandeiras de luta pela terra e pela soberania alimentar. A constatação dessa dupla bandeira nos três países estudados não é de pouca importância. Ela indica uma mudança qualitativa na estratégia não apenas de diálogo e relação com a sociedade, mas também com o Estado. Se a questão do acesso à terra já era objeto de luta dessas

⁴ São exemplos dessas iniciativas a Lei 2633/19 que permitiu em todo território nacional a transferência para particulares (sob o nome de “regularização”) de até 2500 ha sem licitação, sem vistoria presencial, de forma auto declaratório e com o uso do desmatamento como forma de comprovação da posse. Na prática isso representa a legalização do roubo de terras públicas que agora passam a estar disponíveis ao mercado. Outro exemplo foi a Lei 13.874/19, chamada Lei de Liberdade Econômica e Livre Mercado, que abriu as terras e recursos naturais para investimentos estrangeiros diretos, num claro caminho de pavimentação da estrangeirização e financeirização da terra. Também a criação de programas que privatizam as terras comuns ou públicas, como é o caso do Titula Brasil (2020), programa que autoriza a regularização de áreas de união e do INCRA pelos municípios, o que se traduz no fornecimento do título de propriedade aos assentados da Reforma Agrária que possuíam a Concessão Real de Uso.

organizações, diante dos desafios dessa agenda, soma-se a agenda da viabilidade da produção e de sua comercialização.

O alimento carrega, para as organizações estudadas, a possibilidade de estabelecer um diálogo com a sociedade que não apenas evidencia a importância da existência desses setores produtivos, como agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais e indígenas, mas evidencia também a ampliação do debate acerca dos direitos e do direito a se ter direitos.

Comum nos três países, o uso da comercialização como estratégia de luta é algo que deve ser analisado pois indica justamente brechas pelas quais se pode avançar numa disputa contra hegemônica. As transformações do mundo agrário levam a novas ações coletivas e estratégias de luta de camponeses e indígenas. Particularmente as estratégias de comercialização analisadas são instrumentos importantes para a reprodução do campesinato enquanto classe que luta historicamente pelo acesso e permanência na terra. Mas mais do que isso, Wharen e Guerreiro (2014) colocam que as formas de produção camponesa e os mercados alternativos construídos não devem ser pensados separadamente dos processos de resistência pela defesa de um modo de vida camponês, pela luta pela terra e pela soberania alimentar. Para eles, são “campos de experimentação social” a partir do qual as organizações e movimentos e comunidades resistem ao modelo hegemônico.

É nesse sentido que podemos ler o papel da alimentação saudável como estratégia fundamental de diálogo com a sociedade nos três países estudados.

Vimos com as pesquisas de campo que os movimentos sociais passaram a pensar, reivindicar ou construir estruturas permanentes como centrais de abastecimento, armazéns comercializadores e lojas, bem como políticas de incentivo à distribuição e comercialização de alimentos. Trata-se do entendimento de que é preciso ir além da dependência dos programas e políticas públicas para se e garantir escala no escoamento da produção.

Nessa perspectiva, a noção de Soberania Alimentar construída pelos movimentos sociais na Via Campesina acaba por contribuir na disputa de projeto de desenvolvimento para o campo, o que exige que também se questione a primarização imposta. Por sua vez, para se superar a armadilha da primarização das suas economias, baseada no mito neoliberal das vantagens comparativas, tema trabalhado no primeiro artigo, é preciso priorizar os segmentos que produzem e comercializam alimentos. Assim, as conclusões de ambos os artigos se encontram num exercício de complementariedade.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Lei. 27.118** *Dispõe sobre a declaração de interés público la Agricultura Familiar, Campesina e Indígena; Régimen de Reparación Histórica*. Buenos Aires. 2014

Fórum Mundial Pela Soberania Alimentar (2007). **Declaração de Nyélény**. Disponível em <https://nyeleni.org/en/declaracao-de-nyeleny-foro-mundial-pela-soberania-alimentar/>

BANCO MUNDIAL. (2023) Datos. **Anuario de Estadísticas de balanza de pagos y archivos de datos. Saldo en cuenta corriente. 2023**. Disponível em <https://datos.bancomundial.org/indicador/BN.CAB.XOKA.CD?locations=BR&view=chart>

CAMPOS, André Luzzi De e GOLDFARB, Yamila. (2021) “Desafios para o abastecimento e a soberania alimentar no Brasil. **Análise** Série Mudança Climática, Energia e Meio Ambiente. FES Brasil. ABRA. São Paulo.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). (2023) **Conflitos no campo: Brasil 2022**. Centro de documentação Dom Tomás Balduino. Goiás: CPT Nacional. Brasília. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/loja-virtual/conflitos-no-campo>

CEAGESP/SEDES. Cadernos de comercialização. (Setembro de 2023)

DAROLT, Moacir Roberto. Mercados locais, circuitos curtos e novas relações produção- consumo. In: Nierdele, Paulo André; Almeida, Luciano de; Vezanni, Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. 1. ed. Curitiba, PR: Kairós, 2013. p. 139-170.

DELGADO, Guilherme. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**. v.1, n.2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto 2010

DELGADO, Guilherme e LEITE, Sergio Pereira. Agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. **Revista Rosa** número 2, volume 6. 14/12/2022. Disponível em <https://revistarosa.com/6/agro-e-tudo>

FAO e outros (2021) (FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF). Versión resumida de **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2021**. Transformación de los sistemas alimentarios en aras de la seguridad alimentaria, una mejor nutrición y dietas asequibles y saludables para todos. Roma, FAO. 2021 Disponível em <https://www.fao.org/agrifood-economics/publications/detail/es/c/1599121/>

FAO e outros (2023) (FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF). **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional - América Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables**. Santiago de Chile. 2023. Disponível em <https://iris.paho.org/handle/10665.2/57048>

FAO, OPS, WFP y UNICEF. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe**. Santiago. 2019 Disponível em <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51685>

GOLDAFRB, Yamila. Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso da Cargill. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2013. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08052014-112830/en.php>

HLPE. 2020. **Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030**. ROME: High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, 2020. Disponível em <https://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf>

IELA. (Instituto de Estudos Latino-Americanos). Universidade Federal de Santa Catarina. **O Agro é tudo, mas só conta a metade**. 3 de novembro de 2020. Disponível em <https://iela.ufsc.br/o-agro-e-tudo-mas-so-conta-a-metade/>

LEÃO, Marília. (Org.) **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf

LEME, Simone Maria. O papel do estado e do campesinato na condução de políticas públicas para a produção e a comercialização camponesa: análise a partir dos circuitos curtos de comercialização. **Revista de Geografia** (Recife) V. 38, No. 4, 2021

LIZARRAGA, Patricia. PEREIRA FILHO, Jorge. **Atlas de los Sistemas Alimentarios del Cono Sur** / Patricia Lizarraga; Jorge Pereira Filho. – 1.ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2022. Disponível em <https://rosalux.org.br/product/atlas-de-los-sistemas-alimentarios-del-cono-sur/>

LOPES, Victor Tarifa. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Revista Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2020 p. 174-203 Disponível em <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1029>

MERCADO CENTRAL DE BUENOS AIRES (Marzo 2023) Departamento de información y Transparencia – Division organización comercial - **Información del mercado mayorista área transaccional frutas y hortalizas 2022**.

MITIDIERO JR, Marco Antonio E GOLDFARB, Yamila O Agro não é tech, não é pop e muito menos Tudo. Mudança climática, energia e meio ambiente. **Análise**.

Fundação Friedrich Ebert. Associação Brasileira de Reforma Agrária. 2021
Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino De. Agricultura e indústria no Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10 Ago. p. 5–64, 2010.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In Ferreira, C.; Osorio, J.; Luce, M. (Orgs). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria da dependência**. São Paulo. Ed. Boitempo. 2012

PATNAIK, Utsa Y MOYO, Sam. **The Agrarian Question in the Neoliberal Era: Primitive Accumulation and the Peasantry**. Pampazuka Press. Dar es Salaam, Tanzania. 2011

REDE PENSSAN. **Vigisan. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em <http://olheparaafome.com.br>

RAMOS FILHO, Eraldo Da Silva. O campesinato entre a segurança e a soberania alimentar. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva et al. (org.). **Políticas Públicas e território**. 1. ed. São Paulo, SP: Outras Expressões. 2015 p. 40-64

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. Fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 105, jan.-jul. 2021. 2023 Disponível em <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1992>

SEFRAS. **Fome e assistência alimentar na pandemia** / organizado por Sefras Ação Social Franciscana. São Paulo : Paulus, 2022. Autores: Adriana Salay Leme, José Raimundo; Sousa Ribeiro Junior, Lis Furlani Blanco, Livia Cangiano Antipon. 2022

VILLAGRA, Luis Rojas. “¡No puedo respirar! La agonía campesina bajo las botas del agronegocio y su Gobierno. “ En Codehupy (Ed.), **Derechos Humanos en Paraguay 2021**. Asunción, Paraguay: Codehupy. 2021

VILLAGRA, Luis Rojas. Entre la cooptación, el antagonismo y la autonomía: aportes para un análisis de situación del movimiento campesino frente al Estado en Paraguay. **Revista del Instituto de Investigaciones Gino Germani** – Facultad de Ciencias Sociales - UBA ISSN 1852-2262 - Vol. 15 N° 28 - Julio - Diciembre 2022